



Enero 2020 - ISSN: 1988-7833

ARRANJOS INSTITUCIONAIS E IMPLEMENTAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CANAVIEIRAS-BAHIA: disputas, conservação dos povos tradicionais e meio ambiente

Horígenes Fontes Soares Neto¹

Joanna Ísis Chaves Carvalho²

Aniram Lins Cavalcante³

Guilhardes de Jesús-Júnior⁴

Zina Angélica Cáceres Benavides⁵

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Horígenes Fontes Soares Neto, Joanna Ísis Chaves Carvalho, Aniram Lins Cavalcante, Guilhardes de Jesús-Júnior y Zina Angélica Cáceres Benavides (2020): "Arranjos institucionais e implementação da reserva extrativista marinha de canavieiras-bahia: disputas, conservação dos povos tradicionais e meio ambiente", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (enero 2020). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/01/arranjos-institucionais.html>

RESUMO

A ideia de conformação de um meio ambiente sustentável e a autopreservação dos povos, enquanto garantias oriundas da terceira geração de direitos humanos, tem permeado discussões legislativas e acadêmicas que servem de base à reestruturação de modelos produtivos e da relação capital-trabalho vigentes. Sob estes aspectos, o olhar social e científico para a conservação de comunidades tradicionais, essencialmente extrativistas e fundadas em modos de sobrevivência asseguradores não só de qualidade de vida, mas também da defesa do ecossistema, fez surgir as chamadas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, áreas ambientais protegidas, destinadas ao cultivo e extração por populações locais de recursos naturais parcimoniosamente. Ocorre que diante dos impactos

¹ Advogado. Discente do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Economia Regional e Políticas Públicas do PERPP/UDESC. Discente do curso de Especialização em Direito Público pela Faculdade Damásio de Jesus. Especialista em Prática Trabalhista e Processual Civil pela FAINOR. E-mail: horigenesfontes@hotmail.com

² Advogada. Discente do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Economia Regional e Políticas Públicas do PERPP/UDESC. Discente do curso de Especialização em Direito da Universidade Candido Mendes. E-mail: jichaves@hotmail.com

³ Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente, pela Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus-Bahia (UESC). Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Economia Regional e Políticas Públicas PERPP/UDESC. E-mail: anyranlyns@yahoo.com.br.

⁴ Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente, pela Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus – Bahia (UESC). Professor do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Economia Regional e Políticas Públicas PERPP/UDESC. E-mail: guilhardes@uesc.br

⁵ Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professora do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Economia Regional e Políticas Públicas PERPP/UDESC. E-mail: zcb99@yahoo.com

decorrentes das limitações trazidas pela criação das Unidades de Conservação, não se olvida a reverberação de conflitos locais ocasionados pela contraposição de agentes e instituições em busca do atingimento de seus interesses, fato ocorrido quando do surgimento da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras-Bahia. Neste sentido, frente a pesquisa bibliográfica e documental e em uma abordagem qualitativa, este artigo realizará a análise das influências institucionais no processo de nascimento e desenvolvimento da RESEX Canavieiras, bem assim os impactos da oposição de forças dos atores interessados em sua criação ou extinção.

Palavras-chave: RESEX, Meio ambiente, Influências Institucionais, Canavieiras

ABSTRACT

The idea of conformation of a sustainable environment and the self-preservation of peoples, as guarantees coming from the third generation of human rights, has permeated legislative and academic discussions that serve as a basis for the restructuring of productive models and the capital-labor relationship in force. In these aspects, the social and scientific perspective for the conservation of traditional communities, essentially extractive and based on survival methods that ensure not only the quality of life but also the defense of the ecosystem, gave rise to the so-called Sustainable Use Conservation Units, protected areas for the cultivation and extraction of natural resources by local populations. It occurs that the impacts caused by the limitations caused by the creation of Conservation Units do not forget the reverberation of local conflicts caused by the contraposition of agents and institutions in search of the attainment of their interests, a fact that occurred during the formation of the Marine Extractivist Reserve of Canavieiras- Bahia. In this sense, in front of the bibliographical research and in a qualitative approach, this article will analyze the institutional influences in the birth and development process of the Canavieiras RESEX, as well as the impacts of the opposition of interested parties' forces in their creation or extinction.

Keywords: RESEX, Environment, Institutional Influences, Canavieiras

RESUMEN

La idea de conformación de un medio ambiente sostenible y la autopreservación de los pueblos, como garantías oriundas de la tercera generación de derechos humanos, ha permeado discusiones legislativas y académicas que sirven de base a la reestructuración de modelos productivos y de la relación capital-trabajo vigentes. En estos aspectos, la mirada social y científica para la conservación de comunidades tradicionales, esencialmente extractivistas y fundadas en modos de supervivencia aseguradores no sólo de calidad de vida, sino también de la defensa del ecosistema, hizo surgir las llamadas Unidades de Conservación de Uso Sostenible, áreas ambientales protegidas, destinadas al cultivo y extracción por poblaciones locales de recursos naturales parsimoniosamente. Se observa que, ante los impactos derivados de las limitaciones traídas por la creación de las Unidades de Conservación, no se olvida la reverberación de conflictos locales ocasionados por la contraposición de agentes e instituciones en busca del logro de sus intereses, hecho ocurrido cuando del surgimiento de la Reserva Extractiva Marina de Canavieiras Bahia. En este sentido, frente a la investigación bibliográfica y documental y en un abordaje cualitativo, este artículo realizará el análisis de las influencias institucionales en el proceso de nacimiento y desarrollo de la RESEX Canavieiras, así como los impactos de la oposición de fuerzas de los actores interesados en su creación o extinción.

Palabras-clave: RESEX, Medio ambiente, Influencias Institucionales, Canavieiras

INTRODUÇÃO

O sentido de conservação da biodiversidade e manutenção da cultura e identidade de povos tradicionais tem permeado as interações sociais de modo expressivo já mesmo antes da Constituição Federal de 1988, a qual, dialogando com o contexto da garantia de direitos, autodeterminação das

comunidades primárias e preservação do meio ambiente, fez inserir em seus arts. 1º, 3º e 225 o norte legislativo para a concretização de políticas públicas no setor do extrativismo de subsistência.

Diante deste panorama inserem-se as Unidades de Conservação (UC), instrumentos de política ambiental criados e implementados em sua modalidade de Uso Sustentável, por meio das Reservas Extrativistas (RESEX), com a finalidade de assegurar a manutenção do equilíbrio natural e o desenvolvimento de povos cuja cultura, tradição e história ligam-se aos recursos da natureza indissociavelmente, em uma estrutura de economia solidária (AGUIAR; MOREAU; FONTES, 2011), adotando-se, para este fim, espaços antes destinados ao capitalismo atingido por outros meios de produção e de relações capital-trabalho.

No entanto, qualquer mudança nas dinâmicas de produção e mercado pode gerar conflitos entre os participantes do processo, em especial porque há inevitáveis reflexos decorrentes destas modificações nas atividades locais e nos alicerces sociais, econômicos e mercadológicos, acentuados pela introdução de novos agentes e o fortalecimento das minorias do lugar (AGUIAR; MOREAU; FONTES, 2011), surgindo grupos antagônicos e cujos interesses levam a avanços ou retrocessos à política instituída.

Por assim ser, observando-se os liames firmados entre sustentabilidade, cultura, identidade, desenvolvimento, relações sociais e tensões locais, propiciados pela criação das RESEX, nesse cenário, este estudo tem como principal objetivo analisar, sob a ótica da RESEX Marinha implantada em Canavieiras-Bahia, a influência dos atores participantes de sua criação, diante dos arranjos institucionais então vigentes, e os reflexos disto na construção da referida UC, fatores que têm funcionado para a sua extinção e conseqüente transformação em Área de Proteção Ambiental -APA.

Tal abordagem se justifica frente a ainda rasa produção científica fundada na pretensão buscada por este trabalho, auxiliando, portanto, na ampliação de tratativas em torno da temática e, não só isso, mas sobretudo na importância da observação do marco institucional e governança das políticas públicas que abriram espaço ou coincidiram com a agenda pública local ou a atenção dada às reivindicações de seguimentos sociais tradicionais do município.

Utilizar-se-á do método hipotético-dedutivo para o desenvolvimento deste ensaio, baseando-o em pesquisa eminentemente documental de legislação e bibliográfica de artigos científicos, teses e dissertações na área em apreço, além de informações extraídas dos sítios do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio e do Ministério do Meio Ambiente – MMA/SNUC.

1 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A RESEX

A busca de preservação da biodiversidade e manutenção da cultura e identidade das populações tradicionais é pauta que remanesce desde a década de 1980 no cenário brasileiro. Já neste período, com as discussões em torno da defesa do extrativismo de subsistência na Amazônia Legal, a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981), o surgimento do Plano Nacional de Reforma Agrária, o Primeiro Encontro Nacional de Seringueiros, o Projeto Nacional de Assentamentos Extrativistas (Portaria nº 627, de 30 de julho de 1987), além do Programa Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989), os governos iniciam, lenta e gradualmente,

o caminho para a melhoria de vida, atenção ao bem-estar de comunidades e proteção dos recursos naturais já assolados pela extração desenfreada (DUARTE, 2013).

Reflexos das forças empreendidas nos anos de 1980, as décadas de 1990 e 2000 experimentaram efetivos avanços no que diz respeito à implementação de ações públicas no contexto socioambiental (DUARTE, 2013). Sob a égide do Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, e da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, instituem-se as chamadas Unidades de Conservação, classificadas, conforme sua finalidade protecionista, em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, estas, segundo a lei em questão, conceituadas no artigo 7º, § 2º, como tendo “o objetivo básico de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2000), regulamentando a espécie já surgida anos antes no decreto supracitado, denominada de Reserva Extrativista - RESEX, as quais, nos moldes do art. 1º, são “espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista” (BRASIL, 1990).

As RESEX, representação de lutas das minorias locais em prol de sua autopreservação identitária e da subsistência aliada à garantia de um meio ambiente sustentável, apresentadas inicialmente nos Estados do norte do Brasil (Acre, Amapá e Rondônia, nesta ordem), assumiram novas faces com a expansão da Política Nacional do Meio Ambiente. Em 1992 conhece-se a primeira RESEX Marinha brasileira, a Pirajubaé, no Estado de Santa Catarina (PEREIRA; OLIVEIRA; COSTA, 2017).

Com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, a transposição da gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, por meio do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais – CNPT, difundem-se, não sem conflitos, diversas outras UC's em território nacional (PEREIRA; OLIVEIRA; COSTA, 2017), número que totaliza, na atualidade, 66 (ICMBio, 2018), com destaque para as unidades de mata atlântica e marinho-costeiras, como a RESEX de Canavieiras.

A RESEX de Canavieiras possui uma área de 100.688,4 ha / 1.006,88 km², sendo seu grupo de proteção classificado como uso sustentável e abrange os municípios baianos de Belmonte, Canavieiras e Una. É gerenciada pelo ICMBio e a criação desta reserva tem como objetivo proteger a biodiversidade desta área, bem como o meio de vida e cultura das populações extrativistas tradicionais. Destaca-se, ainda, que dentre as espécies ameaçadas de extinção encontramos em situação de perigo a Tartaruga- Oliva e em situação de vulnerabilidade o Preguiça-de-coleira, Guigó e Boto - Cinza (ICMBio, s.d).

Figura 1: Mapa representativo da extensão e ocupação da RESEX Marinha de Canavieiras, Bahia, Brasil.



Fonte: Google Earth (2018).

2 ATORES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDOS NA RESEX CANAVIEIRAS

Inicialmente, cumpre destacar que os residentes existentes nesta área abrangem desde os beneficiários da unidade de conservação, até o empresariado local, criando-se, assim, uma teia de atores (que se apresenta esquematizado abaixo) e relações, que será melhor elucidado a seguir:

Quadro1 - Residentes da RESEX Canavieiras, Bahia, Brasil

Beneficiários da Resex	Residentes que sobrevivem do extrativismo: pesca e mariscos
Moradores do Entorno	Moradores que não compõem a população extrativista tradicional
Setor Hoteleiro	Empresários do ramo do Turismo, a exemplo do Hotel Transamérica
Empresários do Camarão	Donos de fazenda de carcinicultura, que cultivam camarão a partir de piscinas com água salgada.
Produtor Rural	Mormente produtores de Eucalipto, Coco e criadores de gado.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de informações tiradas de Pacheco (2014).

2.1 Os beneficiários da Resex e os conflitos com os demais moradores

A RESEX de Canavieiras caracteriza de maneira fidedigna o processo de luta de classes para a implementação de uma UC. Pertencente ao litoral sul baiano, microrregião Ilhéus-Itabuna, o município de Canavieiras, principal atingido pela criação da RESEX marinha que leva seu nome, sempre viveu às expensas da monocultura cacauzeira. No entanto, o grave declínio produtivo da lavoura ocasionado pelo aparecimento do fungo da “vassoura-de-bruxa”⁶, a partir de 1989, conduziu ao desemprego em massa de trabalhadores da região que, sem conhecer meios de sustento diversos

⁶ Cientificamente conhecida como *moniliophthora perniciosa*, o fungo da “vassoura-de-bruxa”, segundo boa parte da literatura introduzido de modo criminoso nos cacauais sul baianos, foi responsável pela queda na produtividade do cacau em bruto local e a retirada da região do epicentro dos produtores mundiais desta matéria-prima. Para mais informações, ver ROCHA (2008).

e diante do elevado grau de analfabetismo e informalidade profissional do lugar, seguiram para a pesca artesanal, catagem de caranguejos e mariscagem, culturas já abraçadas na formação de muitas famílias locais (AGUIAR; MOREAU; FONTES, s.d).

Com o intuito de restaurar o equilíbrio econômico da região, e aproveitando-se de sua localização estratégica para o litoral, o que possibilitou a pesca e o turismo, o Governo do Estado passou a fomentar outros meios de produção, sendo a criação de camarão, uma delas. A partir dos anos 2000, esses empresários da cultura de camarão em cativeiro passaram a receber investimentos tanto do Estado, como apoio do Poder Público local. Conjuntamente com a ausência de fiscalização no litoral e facilidade para o cultivo de camarão, na região se aguçou o foco na intensa atividade de especulação imobiliária para a construção de hotéis/resorts, grilagem de terras da União, desenvolvimento da carcinicultura⁷, questões que desembocavam em prejuízos para a atividade de subsistência dos pequenos núcleos familiares e conservação da biodiversidade local (AGUIAR; MOREAU; FONTES, s.d; PEREIRA; OLIVEIRA; COSTA, 2017).

Da perspectiva do impacto ambiental adverso, as piscinas de criação de camarão provocam muitos danos, principalmente na preservação dos manguezais e no cerceamento do acesso pelos marisqueiros e pescadores à essas áreas, por causa dos tanques e cercas para o cultivo. Do ponto de vista político, o apoio dado pelo Governo do Estado aos empresários da carcinicultura criou um cenário de desigualdade de direitos, impunidade e desmandos dos privilegiados (CURADO, 2014). Do ponto de vista econômico, o principal interesse dos carcinicultores é pelo uso do solo mais próximo da área costeira, uma vez que as piscinas para criação necessitam de água salgada e a proximidade com as praias/mar reduz os custos (PACHECO, 2014).

Em meados da década de 1990, com a emergência de meios que garantissem o desenvolvimento sustentável, intensificou-se a proteção e apoio às práticas que valorizassem o uso racional dos recursos naturais, tais como o favorecimento dos pescadores artesanais de Canavieiras (PEREIRA; OLIVEIRA; COSTA, 2017).

As principais associações, que juntas ajudaram na formação da RESEX foram: Colônia de Pesca Z-20 de Canavieiras, Colônia de Pesca Z-21 de Belmonte, Associação de pescadores de Poxim do Sul, Associação de pescadores de Poxim da Praia, Associação de Extrativistas de Barra Velha, Associação de pescadores do Atalaia, Associação de pescadores e agricultores de Campinhos, Associação de pescadores de Oiticica, Associação de pescadores de Pedra de Una, as quais possuem como principal atividade econômica a pesca artesanal, a mariscagem e a agricultura familiar (PACHECO, 2014).

A partir daí surgem os conflitos instaurados entre a manutenção da sociobiodiversidade loco regional, da proteção às comunidades tradicionais de pesca e mariscos e os interesses puramente econômicos do empresariado, evidenciando-se os conflitos existentes entre cada comunidade tradicional e os anseios capitalistas dos grupos locais, conforme a esquematização das informações de Pacheco (2014):

⁷ Técnica de criação de camarões em viveiro.

Quadro 2 - Representativa dos conflitos entre as comunidades formadoras da RESEX Marinha de Canavieiras, Bahia, Brasil e os grupos locais em 2014.

Comunidade da Resex	Conflitos de interesses
Comunidade de Oiticica	Plantações de Eucalipto e Coco; Sede da Fazenda de carcinicultura; Fábrica de beneficiamento de coco.
Comunidade Campinhos	Atualmente não há mais conflitos nesta comunidade. Já ocorreu com o interesse de empresários nacionais e internacionais na pecuária e na plantação de coco naquela área.
Comunidade Poxim do Sul	Conflito fundiário. Conflitos com a Empresa Vera Cruz Celulose
Comunidade de Atalaia	Conflito de gestão do solo com a Prefeitura Municipal; Conflito com um Alemão que possui títulos de terra da União e que as vezes complica o acesso dos pescadores aos locais e portos.
Comunidade Barra Velha	Conflito entre famílias e com moradores contrários à RESEX que com sua criação perderam o direito à propriedade e passaram a ter apenas direito de uso, o que inviabiliza a venda desses terrenos.
Comunidade Poxim da Praia	Conflito de terra e uso do solo com o Hotel Transamérica; conflitos também com proprietários de terra estrangeiros e principalmente, paulistas.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das informações retiradas de PACHECO (2014).

Em 2003 faz-se a primeira consulta pública, requisito estipulado pelo SNUC para a criação de uma unidade de conservação, contudo, a inexpressividade do ato não viabiliza sua força, conduzindo a, sob grande articulação das comunidades extrativistas, realização de nova consulta em 2005 na comunidade de Barra Velha, a qual, por muito esforço (segundo entrevistas colhidas houve constante atuação do empresariado, carcinicultores e prefeitura local para o boicote do encontro), reuniu cerca de 600 pessoas, com registro de assinatura em ata de quase 500 presentes (PEREIRA; OLIVEIRA; COSTA, 2017).

Esse fator que permitiu a implementação da RESEX e o surgimento do movimento “Natureza sim, RESEX não”, oriundo dos opositores da reserva extrativista que buscavam sustentar argumentos de ação contrária ao desenvolvimento regional que poderia dela decorrer, como a impossibilidade de instalação de hotéis, de incremento do turismo e de atividades de pesca/carcinicultura, todos responsáveis pela geração de emprego e renda (CURADO, 2014).

Ainda assim, mesmo frente às ameaças diretas e indiretas para que fosse estabelecida a UC – Curado (2014) aponta, até mesmo, ameaças à vida e integridade de dirigentes do movimento e suas famílias –, em 05 de junho de 2006, por meio do Decreto s/n do Governo Federal, cria-se a RESEX Marinha de Canavieiras, abarcando o território marinho, de mangue e pequena parcela terrestre de três municípios, quais sejam, Belmonte, Canavieiras e Una, e incluindo em sua área de extensão de 100.688,4 ha as comunidades de Campinhos, Atalaia, Poxim do Sul, Poxim da Praia, Barra Velha, Oiticica e Peso, tratando-se de espaço destinado ao extrativismo de mar e mangue para

sustento próprio de famílias tradicionais, além da pequena pecuária de animais de porte reduzido, aliada à proteção da cultura e extração sustentável de recursos naturais (ICMBio, 2018), objetivando assegurar tanto o interesse ambiental quanto da sustentabilidade das comunidades que viviam dentro da área de abrangência, conforme seu artigo 2º que prevê a proteção à população extrativista tradicional (BRASIL, 2006).

2.2 O papel do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), ICMBio (Instituto Chico Mendes) e ONG PANGEA (Centro de Estudos Socioambientais)

A literatura dá conta de que os movimentos embrionários para a criação da RESEX de Canavieiras iniciaram-se nos idos de 2001 por meio de um grupo de marisqueiras orientadas pelo Instituto ECOTUBA e pelo preposto da Prefeitura Municipal de Canavieiras, Orlins Pereira (AGUIAR; MOREAU; FONTES, s.d; CAVALCANTE et. al., 2013) que, autodeclarando-se nativos desenvolvedores de atividades artesanais de subsistência em espaço pertencente à União Federal, e sob o argumento de autopreservação da cultura, história e identidade, além da conservação do meio ambiente a que pertenciam, alcançaram cerca de 118 assinaturas de futuros beneficiários em abaixo-assinado destinado ao CNPT, pleiteando do órgão visita técnica para verificação *in loco* e consequente instalação da reserva. Abre-se o processo administrativo a partir do Escritório Regional do IBAMA, em Ilhéus-Bahia.

Entre os anos de 2002 a 2004, com o seguimento do processo para a criação da RESEX, acirra-se a participação e a discussão em torno da temática. O IBAMA passa a atuar de modo mais próximo à região, desenvolvendo reuniões com a comunidade para abordar o significado de criação da reserva extrativista e fortalecendo a organização de associações de pescadores, marisqueiras e catadores de caranguejo, a exemplo da Colônia de Pescadores Z-20, Associação de Marisqueiras e Associação de Catadores de Mariscos, ambas de Canavieiras (AGUIAR; MOREAU; FONTES, s.d).

Nota-se a partir de relatos do ex-subchefe do ICMBio e de uma moradora de Barra Velha, que a participação dessas instituições foi fundamental para a articulação das comunidades de pescadores e marisqueiros locais. Segundo os relatos, o IBAMA foi o responsável pela criação da Reserva, que conjuntamente com a ONG PANGEA viabilizou os estudos para a implantação da reserva de Canavieiras, tendo o ICMBio participado principalmente na difusão do conhecimento e informação do que consistia uma reserva extrativista entre a comunidade extrativista, bem como viabilizando a criação do Conselho Deliberativo da Reserva. O PANGEA também atuou na fase inicial de conscientização e informação dos benefícios que aquela área possuía para o desenvolvimento e manutenção dessas comunidades tradicionais fortalecendo-as e possibilitando, através do conhecimento técnico, a implantação da reserva, uma vez que se tratava de terras da União (PACHECO, 2014).

A força das populações tradicionais ordenada com a criação do Grupo Pró-RESEX, aliada a auxílios do PANGEA, desembocou na união de sete comunidades (Poxim da Praia, Poxim do Sul, Campinhos, Atalaia, Barra Velha, Oiticica e Sede Municipal), já citadas acima, e denominadas de "G7". Segundo entrevistas de moradores participantes da implementação da RESEX, a criação do G7 representou localmente o ato de maior expressão para o efetivo início das lutas pela reserva, com

oposição entre as forças do empresariado/poder público cidadão e beneficiários da UC, momento em que as tensões avolumaram-se e, segundo eles, passava a existir um temor constante dos que encabeçavam o movimento Pró-RESEX, ameaçados por seus posicionamentos (PEREIRA; OLIVEIRA; COSTA, 2017).

Três anos após a sua criação, a RESEX, através da Portaria nº 71, de 3 de setembro de 2009, instituiu seu Conselho Deliberativo, através das Portarias emitidas pelo ICMBio e o apoio do Ministério Público Federal, que foi responsável por garantir a democracia na implementação do conselho, diante do cenário de instabilidade com os demais setores contrários à implementação da RESEX (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2008). Ficou determinado que o ICMBio presidiria o Conselho, com fulcro no artigo 2º, §2º da presente Portaria, e que o objetivo desta forma de governança almejaria contribuir efetivamente com a implantação e implementação do Plano de Manejo e com o cumprimento dos objetivos impostos na criação da reserva. (Art. 1º da Portaria nº 71/2009).

A criação de conselhos, segundo Bronstein, Fontes Filho e Pimenta (2017), representa o conceito de participação igualitária e democrática, tendo em vista que cria espaços que estimulam a inclusão de diversos grupos com interesses variados e de minorias ou excluídos do processo democrático. Pressupõe, ainda, a adoção de regras claras, de participação ampla e irrestrita, criando um ambiente propício para processos transparentes e para que as decisões não se pautem apenas na influência dos grupos mais poderosos da sociedade ou comunidade.

Percebe-se que a criação do Conselho possibilitou que as comunidades extrativistas tivessem maior participação política. A criação das associações, como visto anteriormente, propiciou força e voz para aqueles indivíduos que vinham tendo seu direito de participação e demandas negligenciados frente ao apoio dado pelo Estado aos empresários. Entretanto a criação dos conselhos formalizou a sua participação, em um cenário mais democrático e igualitário, possuindo agora não apenas voz, mas também representação e força política.

Deve-se destacar, ainda, para além da participação dos Institutos e ONGs ambientais, o maior equilíbrio que o Ministério Público Federal e os demais órgãos da Justiça e segurança a nível federal trouxeram à equação. Uma vez que, conforme entrevista dada a Pacheco (2014):

Na justiça local nós nunca tivemos apoio não, essa interlocução nunca foi boa, eles sempre tiveram mais influência desses poderes daqui da cidade. As poucas vezes que a gente recorreu à justiça local, nós não tivemos êxito não. [...] Como é uma unidade de conservação federal, compete a União estes tipos de casos. As áreas onde a RESEX foi criada tudo pertence à União, são ilhas marítimas, mar, manguezais, rios, etc., que por lei pertencem à União. (Carlos Alberto Pinto, ex vice-presidente da AMEX) (PACHECO, 2014, p. 51-52).

Diante das determinações expressas na Portaria nº 71, de setembro de 2009, foi possível esquematizar os atores que compõem as cadeiras representativas (titulares e suplentes) do Conselho Deliberativo da RESEX Canavieiras, conforme exposto pelo artigo 2º:

Quadro 3 - Indicativa das instituições e atores ocupantes das carteiras no Conselho Deliberativo da RESEX Marinha de Canavieiras, Bahia, Brasil.

ENTIDADES DO MEIO AMBIENTE	ICMBio IBAMA SEMA	ECOTUBA PANGEA
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	Delegacia Do Porto De Ilhéus Prefeitura Municipal De Canavieiras Câmara De Vereadores Universidade Estadual de Santa Cruz	
COMUNIDADE EXTRATIVISTA	Associação dos Pescadores e Catadeiras; Associação das Marisqueiras Segmento de Artesões da pesca Associação de Tiradores de Caranguejo Segmento de Pescadores de Campinhos - Segmento de Agricultores Familiar de Campinhos; Associação dos Pescadores, Marisqueiras e Moradores de Atalaia; Associação dos Pescadores de Puxim da Praia; Associação dos Pescadores do Puxim do Sul; Associação de Pescadores e Marisqueiras de Oiticica Associação de Pescadores, Marisqueiras e Extrativistas de Barra Velha; Colônia de Pescadores Z-20 Colônia de Pescadores Z-21	
SETORES EMPRESARIAIS	Associação dos Criadores de Camarão Associação de TurismoViva Companhia Transamérica de Hotéis Nordeste Associação dos Criadores de Camarão	

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da Portaria nº 71 de 3 de setembro de 2009.

Em 2017, foi publicada uma nova determinação que modificou a composição do Conselho Deliberativo, através da Portaria nº 3, de 11 de dezembro de 2017 (ICMBio), determinando que a nova formação deveria atender ao disposto no art. 1º, considerando as particularidades regionais e o critério de paridade, determinando a setorização da representatividade: a) Órgãos Públicos; b) moradores do interior/ entorno e beneficiários da reserva extrativista; c) usuários do território (setor hoteleiro/ turismo e produtor rural); d) Colegiados e Organizações não governamentais; e) Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão (BRASIL, 2017).

Em 2018, a atuação do ICMBio enquanto agente com papel de regulação e monitoramento da RESEX se fez mais presente com a publicação da Portaria 313, de 12 de abril de 2012, com a aprovação do Acordo de Gestão da Reserva Extrativista de Canavieiras. Importante destacar que o acordo de gestão possui significativas determinações e limitações que visam à preservação e o desenvolvimento sustentável da área da Unidade de Conservação, com a descrição da proibição de captura, transporte, comercialização, beneficiamento, desembarque ou armazenamento de certas espécies, bem como regulamentação da prática de pesca esportiva e da visitação e turismo. Neste sentido, explica a nota do ICMBio (2018):

O acordo de gestão é o documento que contém as normas de uso dos recursos naturais e gestão da unidade de conservação construídas com as famílias tradicionais beneficiárias da reserva extrativista e o Instituto Chico Mendes. O acordo de gestão deve conter regras referentes às atividades tradicionalmente praticadas, a gestão e o manejo dos recursos naturais, o uso e ocupação da área e a sua conservação ambiental, sempre considerando a legislação vigente (Instrução Normativa do ICMBio nº 29/2012, que define como os acordos de gestão devem ser construídos).

Mister destacar que o procedimento para a elaboração do Acordo de Gestão seguiu todos os ritos necessários, sendo aprovado pelo Conselho de Deliberação após a promoção de oficinas tanto nas comunidades onde residem as famílias beneficiárias como nas sedes dos municípios de Canavieiras e Belmonte, totalizando 12 oficinas que atenderam a 400 diferentes extrativistas, onde puderam expor de forma democrática duas ideias e soluções para uma melhor gestão. Por fim, houve uma assembleia geral formada por todos os setores da comunidade, com o intuito de debater as propostas das normas (ICMBio, 2018).

Muito embora tenha havido a criação da RESEX, com Conselho Deliberativo instituído em 2009, sua nova composição em 2017 e o Acordo de Gestão, infere-se que conflitos internos e externos pouco a pouco tem trabalhado para desestruturar o projeto que atende a 1866 famílias localizadas em meio urbano e rural (ICMBio, 2018), boa parte delas atendidas por programas governamentais de acesso à moradia e energia elétrica, e algumas, como a comunidade de Campinhos, com lideranças capacitadas à atividade extrativista (DUARTE, 2013), ações possibilitadas após o nascimento da reserva.

2.3 A Amex (Associação Mãe dos Extrativistas de Canavieiras), a Moex e a Rede de Mulheres

A Amex nasce da necessidade de fortalecimento das relações entre as associações, de forma que a comunicação e interação entre entidades existentes fossem representadas por uma organização central. As articulações sociais que fundamentam a criação da AMEX são as redes, as quais objetivam o benefício comum de todos os grupos inseridos, fortalecendo a organização (CURADO, 2014).

Com o intuito de possibilitar meios para fomentar o crescimento econômico e os serviços da comunidade, o Banco Central reconheceu as moedas sociais como forma complementar ao Real. Assim, a Moex constitui umas das mais de 80 moedas sociais existentes no Brasil e permite à comunidade acessar a quase todos os serviços comuns, tais como acesso ao mercado, padaria, *shopping* center, etc. O grande benefício que a criação da moeda trouxe para Canavieiras é que, supervisionado pelo Banco Comunitário (Bamex), a moeda possibilita que os beneficiários da reserva possam pegar empréstimos a valores de juros mínimos, simbólicos, garantindo um acesso mais democráticos e igualitário aos serviços de primeira necessidade, como os de consumo, sem que esses beneficiários necessitem se endividar consideravelmente com os altos juros bancários ou de agiotas, colocando em risco o seu mínimo existencial (GREENME, 2015).

Conforme elucida Jesus Júnior (2014) o caráter integrador da missão da AMEX favoreceu e apoia a organização de outros grupos, como a Rede de Mulheres, compostas pelas marisqueiras. O importante papel da AMEX é reconhecido, inclusive, por mais de 60% das mulheres participantes da Rede. O objetivo socioambiental que orientou a criação e toda a organização da RESEX criou um interesse de participação nestas mulheres, que pelo fato de até o momento não terem “voz” e opinião nas decisões, decidiram organizar-se de forma que conjuntamente pudessem reivindicar melhorias na sua atividade produtiva.

A Rede de Mulheres nasceu através de uma consultora externa, que a partir da sua vivência como analista da ONG Conservação Internacional, percebeu que a atuação masculina era

preponderante, de forma que estes, muito bem organizados, eram os responsáveis pela tomada de decisões, chegando a definir a atuação das mulheres. O procedimento de convencimento de muitas dessas mulheres foi deveras desafiador, uma vez que muitas, por conhecerem e estarem inseridas em um contexto de negligência de direitos, não acreditavam no sucesso de um coletivo de mulheres. Após os trabalhos de mobilização e ciclos de visitas, ficou constado que para além do desconhecimento legal de seus direitos, havia também um impacto psicológico da baixa autoestima. A segunda reunião, que marcou as diretrizes do primeiro encontro regional, abordou a importância da mulher na política pública sendo, após o Encontro Regional, delineados os objetivos da Rede, os quais se concentram na valorização das mulheres enquanto marisqueiras e pescadoras e, portanto, possuidoras de direitos sociais, bem como na promoção do bem-estar e autoestima delas (JESUS JÚNIOR, 2014).

2.4 A Universidade Estadual de Santa Cruz

No processo de discussão e implementação da RESEX Marinha de Canavieiras a Universidade se apresentou como ator relevante, com trabalho na formulação de políticas públicas locais ligadas à extração com sustentabilidade, propagação de saber científico e ações alternativas de renda às famílias nos períodos de defeso, desenvolvendo lugar propício ao diálogo com as comunidades originárias.

A participação da academia no ambiente da RESEX inegavelmente fomentou durante seu processo de surgimento o empoderamento dos extrativistas com a redução de desigualdades, atingindo um dos ideários propugnados pela ciência, a transferência de conhecimento com melhoramento da qualidade de vida, em especial pelos projetos de extensão ligados ao gênero feminino levados a cabo pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC que, nas palavras de Carmo et al. (2016, p. 174), tratam-se de “principais vias de ação das instituições de ensino superior e de pesquisa para contribuir neste direcionamento, pois se entende que a educação seja parte de um direito universal do ser humano, ao combater de forma inovadora e duradoura as mazelas sociais”.

Neste sentir, a atuação da UESC demonstrou-se singular, não só pelo compartilhamento do saber e das técnicas de manejo agroecológicas e o incremento ao associativismo, mas, muito além disto, na construção de uma sociedade local mais justa, digna e solidária nos modos de produção, com atuação forte de mulheres pescadoras e marisqueiras, principais agentes da mobilização para implemento da RESEX Canavieiras, empoderadas pelo Serviço de Referência dos Direitos da Mulher (SER-Mulher), pelo Projeto Conhecimento, Inclusão e Desenvolvimento (CID/UESC), além da formação da Rede de Mulheres Marisqueiras e Pescadoras do Sul da Bahia, projeto financiado pela ONU Mulher, mecanismo que concedeu voz às marisqueiras e pescadoras, enalteceu a cultura e identidade de gênero, aliou seus conhecimentos ao desenvolvimento sustentável, favoreceu o combate à violência doméstica e familiar e ampliou o acesso aos direitos legalmente a elas assegurados.

Dentre as estratégias mais expressivas da UESC, Carmo et al. (2016, p. 175) elencam:

- Criação de oficinas de fortalecimento da participação feminina nos perpasses em torno da gestão social da Resex/Canavieiras;

- Promoção de ações socioeducativas inseridas nas políticas públicas no âmbito estadual e iniciativas educacionais sobre direitos abordados no aspecto jurídico;
- Inserção de alternativas de renda pautadas no desenvolvimento de atividades artesanais;
- Incremento no poder de compra da renda obtida por meio de ações voltadas para economia do lar e saúde da mulher – relativas a questões gerais e específicas do trabalho exercido por meio da ergonomia; e
- Discussão de temáticas como sustentabilidade, economia solidária, associativismo e cooperativismo.

Pela cooperação constante da Universidade, a UESC ocupa na atualidade uma das carteiras do Conselho Deliberativo da Unidade de Conservação atuando junto às decisões de relevância no caminho da RESEX de Canavieiras.

2.5 Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – Gef Mar

O projeto consiste em uma parceria criada entre o Governo Federal e parceiros públicos e privados, que integram diferentes tipos de Unidade de Conservação e áreas de conservação baseadas em modos diversos de gestão, com o intuito de promover o estabelecimento, ampliação e implementação de um sistema globalmente participativo, que visa preservação das áreas costeiras e marinhas e a sustentabilidade financeira com o fim de reduzir a perda da sua biodiversidade. Visa, ainda, a sustentabilidade das comunidades tradicionais extrativistas que habitam esta área, através da produção de alimentos, da manutenção dos serviços ecossistêmicos gerados, a preservação do seu *modus vivendi*, a preservação da flora e fauna daquela área e o controle das condições climáticas, propiciando não apenas condições favoráveis para o ecossistema, mas também para a redução da pobreza e desigualdade (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, s.d.).

A Gef-mar tem possibilitado também uma maior visibilidade à reserva, à medida que viabiliza a implementação de outros projetos, tais como a Rede de pesquisas da Resex, que objetiva o monitoramento da unidade, contando com a participação de diversos pesquisadores e universidades: UFSB, UESC, UFRJ, UFES, IFBA, ECOTUBA, Conservação Internacional (CI). Para além da questão científica, o projeto tem articulado ainda mais a gestão da reserva que, conjuntamente com o ICMBio, propiciou a aprovação do Acordo de Gestão da Resex Canavieiras, bem como uma maior articulação política de jovens líderes e a aquisição de maquinaria necessária para a produção de óleo de coco da AMEX. Na questão do empoderamento das mulheres, foi realizado em junho de 2018, e financiado pelo Ministério do Meio Ambiente, o 1º Seminário de Inclusão Produtiva para Mulheres que contribuiu com a melhor capacitação das mulheres extrativistas nos processos de pesca (ICMBio, 2018).

2.6 O Poder Público Local

Segundo Pacheco (2014), a atuação da prefeitura teve dois momentos: no primeiro momento que antecipou a implementação e aprovação da reserva, a prefeitura se mostrou à favor da constituição da unidade de conservação, entretanto, após o ano de 2005 seu posicionamento mudou, apoiando agora o empresariado local, a exemplo do setor hoteleiro.

É possível observar que esse novo posicionamento da prefeitura municipal reflete a crença daquela época de que a implementação da reserva extrativista iria atrasar o desenvolvimento da área, conforme destaca Dumith (2014): “O discurso contrário à criação da RESEX era fundamentado

na premissa de que a criação de uma UC traria estagnação econômica e falta de atratividade para o desenvolvimento de atividades, como o turismo, tido como uma das vocações do município de Canavieiras.”

Os conflitos com a prefeitura perpassam a esfera apenas do investimento financeiro de empresários, envolve também a questão do território e a arrecadação tributária do município. Dumith (2014) elenca que um dos conflitos existentes entre o poder público local e a Resex consiste na morosidade que a Secretaria do Patrimônio da União possui nos contratos de concessão do direito real de uso, que faz com que o município perca uma considerável parcela dos tributos. Para além disso, a própria dinâmica do Conselho instituído em 2009 não possibilitava que houvesse uma gestão compartilhada, segundo a prefeitura, visto que os extrativistas possuíam a maioria dos votos. É importante destacar que diante dessa composição do Conselho, bem como do caráter deliberativo dado a este, o poder público local tem apoiado a transformação da Resex em APA (Área de Proteção Ambiental), uma vez que o Conselho de uma APA possui caráter consultivo e não deliberativo, o que daria mais “mobilidade política” à prefeitura municipal, reduzindo, inclusive, a representação dos extrativistas nas decisões.

É possível intuir que a mudança ocorrida na formação do Conselho Deliberativo em 2017, setorizando os participantes, bem como especificando o caráter paritário daquele, tem o condão de atender, de certa forma, aos questionamentos do poder público local, tentando encontrar um equilíbrio entre a demanda do poder público local e a garantia dos direitos e avanços já conseguidos pela Reserva Extrativista.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante da identificação dos atores responsáveis pela construção e desenvolvimento da RESEX Canavieiras, vê-se um fortalecimento do processo democrático oriundo do caminho de formulação e implementação da política socioambiental em estudo, em especial pela fortificação da cultura e identidade dos pescadores e marisqueiros, capitais humanos atuantes, maneira pela qual se intensifica o empoderamento, a modificação nas relações de poder locais e o pleno exercício de cidadania. Fleury (2003, p. 95) para este fim afirma que

[...] as políticas sociais, muito mais que simplesmente ser um instrumento para possibilitar o acesso a um bem ou serviço (cesta básica, escola etc.) são um poderoso mecanismo para forjar a sociedade que queremos criar, definindo as condições de inclusão na comunidade de cidadãos.

Estrutura-se, a partir disto, um novo modelo de gestão, o qual, segundo a mesma autora, deve possuir a confluência de fatores indispensáveis, sendo eles a “gerência social que seja capaz de promover mobilização de recursos sociais, a promoção da participação social, a negociação de conflitos, o planejamento estratégico, a gestão de redes de parceiros e as especialidades técnicas no setor social e administrativos, específicos” (FLEURY, 2003, p. 95).

Neste sentir, depreende-se que a RESEX de Canavieiras nasce não apenas dos anseios ambientais, mas também da organização e conjugação de ânimos e interesses que, inicialmente, de cunho ambiental se ramificou para a proteção também dos menos favorecidos: as comunidades tradicionais. Destaque-se a relevante força do associativismo, representado pela AMEX, a qual

configurou uma importante ferramenta que permitiu dar voz e ampliou a tentativa de equilibrar democraticamente as relações de poder locais. Conforme denota Lüchmann (2014), as associações possuem atribuição crucial no diálogo em sociedade e atuam na criação de laços de confiança, reciprocidade e solidariedade, responsáveis pelo despertar do interesse em discussões a respeito da coisa pública, da institucionalidade e da gestão democrática.

No caso de Canavieiras, o associativismo ganhou alinhamento muito maior, já que as redes implementadas a partir da criação da RESEX denotam a expressão do cooperativismo nas comunidades originárias da região em apreço, em destaque a Rede de Mulheres Marisqueiras e Pescadoras do Sul da Bahia. Para Gonçalves, Saadallah e Queiroz (2015), as redes constituem uma forma de organização que visa a satisfação harmônica das demandas, permitindo a conectividade entre grupos e atuações sociais diversos. Destaca-se, neste sentido, o caráter horizontal das relações, que necessitam de uma forma de articulação socioeducativa, que permita a inserção de diferentes políticas públicas e a integração entre os diversos atores.

Indiscutível a posição das mulheres na RESEX de Canavieiras. Organizadas e articuladas interna e externamente, empoderadas enquanto agentes de promoção do bem-estar social e, agora, figuras representativas da luta não só de classes, mas também de gênero no arcabouço social.

Para além da articulação em redes como forma de gerir os anseios e necessidades das comunidades extrativistas (AMEX) e do empoderamento das mulheres como atores e indivíduos possuidores de direito, é possível ainda perceber que a organização da RESEX possibilitou, também, a criação de uma via econômica capaz de atender à necessidade dessas comunidades através da Moeda Social de Canavieiras, a Moex, que consiste em uma alternativa ao Real devidamente reconhecida pelo Banco Central, e que tem o condão de estimular a economia e os serviços da comunidade, fator de incentivo à independência local e expressão plena daquilo que Silveira (s.d) denota enquanto “capital social”.

A noção de capital social mostra-se indissociável da questão do empoderamento das populações locais, particularmente no sentido da constituição da subjetividade social em subjetividade pública. Em outras palavras, da constituição de esferas públicas interligadas com a organicidade do tecido social, como base da capacidade da sociedade civil influir ou controlar o Estado e suas políticas. A inovação institucional – ou criação de novas “institucionalidades participativas” – é inerente a processos de desenvolvimento local, nesta perspectiva, mais do que a construção de parcerias em si mesmas. (SILVEIRA, s.d., p. 243)

Não se deve esquecer que o jogo democrático e de empoderamento locais na RESEX de Canavieiras possuiu intensa atuação do ambiente acadêmico, com seus projetos de extensão, e de órgãos públicos ligados ao meio ambiente. Estas instituições de preservação ambiental (IBAMA, ICMBio e PANGEA) não apenas articularam a criação conjuntamente com a comunidade extrativista, como também a gestão e o acesso à informação destas comunidades a respeito dos benefícios ambientais, sociais e econômicos que adviriam da reserva extrativista de Canavieiras, principalmente para aquela população subjugada.

Entretanto, apesar dos avanços obtidos no prisma do empoderamento, acesso a direitos e ampliação da participação comunitária nas decisões dos rumos a serem tomados nesta UC sul baiana, as escalas de poder econômico e político vigentes, representadas pelo poder público local, empresários, carnicultores e redes de hotéis, em constante contraposição à continuidade da RESEX, já que de modo direto houve limitação no uso dos recursos dela provenientes, pouco a pouco têm

trazido empecilhos à permanência da reserva, fator que se justifica pela especificidade da política pública em apreço, acabando por provocar verdadeira cisão de interesses entre os que se beneficiam ou não dela.

Segundo Brandão (2004) a limitação de decisões com base apenas na questão do local/territorial, deixa de lado o reconhecimento de que essas análises são complexas e multidimensionalmente dinâmicas, uma vez que a construção social é um processo que envolve conflitos. Desta forma, a tomada de decisões deve levar em conta não apenas uma categoria de atores, mas toda a interação social que se encontra presente naquela escala espacial. É necessário tomar posições com vistas ao entendimento das articulações dos diferentes níveis de governo e esferas de poder pertencentes àquela realidade, devendo as políticas públicas serem construídas coletivamente.

No contexto da RESEX é possível observar que a criação de uma política pública muito local intensificou esses conflitos, uma vez que, para os não beneficiários, a RESEX representa uma limitação de direitos, principalmente quando se observa o posicionamento dos empresários do setor hoteleiro em relação ao uso do solo e da prefeitura local em relação ao recolhimento dos impostos municipais em certas áreas.

Este contínuo embate de forças, com prevalência daquela detentora da hegemonia financeira, trabalha não só para o enfraquecimento da reserva em si, mas também de seus atores. De início, cabe sinalizar os reflexos causados nos órgãos de proteção ambiental que têm sido desmantelados ao longo dos anos, destaque para o IBAMA e ICMBio que, parcos de financiamento e mesmo ocupando uma cadeira no Conselho Deliberativo da unidade de conservação, não conseguem frear ou evitar técnicas insustentáveis e atividades predatórias que ocorrem na reserva, como a poluição, carcinicultura e a pesca esportiva no período de defeso (CAVALCANTE et al., 2013).

Vale frisar, apesar disto, que as contraposições não somente se dão externamente, mas também dentro da própria RESEX. Cavalcante et al. (2013) destacam a forte desconfiança que transita entre os próprios extrativista beneficiários da reserva no que diz respeito não só à gestão dela, como também às técnicas de manejo empreendidas, salientando-se que entrevistas indicaram a utilização pelos próprios marisqueiros e pescadores de modos de utilização do recurso natural extremamente agressivos à sua manutenção, como o uso de redinhas e enxadas na mariscagem, a pesca com rede de arrasto e no período de defeso, bem como a extração de espécimes proibidos pela legislação, situações que acabam por afrontar um dos sentidos do surgimento da RESEX, proteção ambiental.

Os conflitos de gênero também se apresentam internamente. Embora as mulheres tenham alçado elevados voos na conformação desta comunidade solidária, com acesso a direitos que sequer lhes eram sabidos, desenvolvendo significativa atividade para a existência da RESEX (uma mulher encabeçou os primeiros movimentos para a existência da UC) e seu desenvolvimento com a atividade de mariscagem e demais atividades alternativas à pesca, ainda assim sua participação é deixada a segundo plano, em nítida expressão de uma sociedade que sobreleva a figura masculina, de modo que as redes de mulheres são isoladas dos ambientes dominados pelos homens, em especial no contexto de administração da reserva.

Nota-se que existe uma estrutura de poder que perpassa da questão financeira e de classes (Comunidade Extrativista versus Empresários), para a questão de gênero (Pescadores/Marisqueiros vs. Marisqueiras), refletindo, agora, por exemplo, dentro da composição da própria RESEX, a necessidade dos grupos femininos se organizarem e demandarem participação de forma igualitária e democrática. O panorama atual da RESEX demonstra-se conflitivo multilateralmente, conforme representação das tabelas abaixo:

Quadro 4 - Governança das políticas públicas que beneficiaram a RESEX, Bahia, Brasil.

Ministério do Meio Ambiente	IBAMA/ ICMbio/ GEF-Mar	Implantação, Gestão da Reserva e Desenvolvimento de políticas sociais para os beneficiados pela UC.
Organizações/ Institutos	PANGEA (Ong), ONU Mulher, ECOTUBA	Estudos Técnicos, Projetos sociais, Estudos de Preservação dos espécimes ameaçados.
Ministério do Desenvolvimento Social	Programa Fome Zero; Ações do BNDS	Fomento social para redução da desigualdade e pobreza
UESC	Projeto Conhecimento, Inclusão e Desenvolvimento (CID/UESC)	Desenvolvimento de políticas sociais de empoderamento feminino e de desenvolvimento social da UC; Pesquisas científicas/ acadêmicas para a melhoria das relações, gestão e sustentabilidade da UC
Banco Central (Bamex)	Moex – Moeda Social	Princípios da economia solidária; Redução da taxa de juros (1%, 2%), estimulou a economia e os serviços.

Fonte: Elaborado pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o arcabouço apresentado, tem-se que a RESEX Marinha de Canavieiras representou forte conquista para as comunidades originárias e para o meio ambiente local, já que com o resgate da cultura, identidade e autoafirmação da população extrativista beneficiária, o modelo de preservação ambiental fundado no uso sustentável dos recursos naturais ganhou corpo e forma.

Não deve olvidar, contudo, que as tensões na construção de um modelo de sustentabilidade em unidade de conservação que atenda aos interesses de todos os grupos envolvidos neste processo seja um desafio a ser enfrentado localmente.

A contínua pesca predatória realizada pelos próprios beneficiários da UC, o trabalho árduo dos opositores a ela em argumentarem o freio imposto ao desenvolvimento local por sua existência, com a estagnação da economia, turismo e agricultura, e a mais recente iniciativa do Deputado Federal Sérgio Brito (PSD/BA), o Projeto de Lei nº 3.068/2015, em trâmite na Câmara dos Deputados, cujo intuito é transformar a RESEX em apreço em APA, têm posto em xeque todo o esforço empreendido para este mecanismo de fortificação da memória e natureza locais.

Neste sentir, os arranjos institucionais formulados e as agendas públicas, pautas de discussões e ambientes de diálogo devem se prestar a buscar a convergência de interesses das diversas figuras que atuam no sistema de reserva extrativista, sob pena de este desintegrar-se. Para isto, exige-se uma remodelagem não só da estrutura em que se apresenta, vista a ausência de

alternativas a um desenvolvimento local em que se contrapõem marisqueiros x marisqueiras em uma frente e beneficiários da RESEX x empresariado em outra.

Urge a maior integração e aproximação entre homens e mulheres beneficiários para que se mantenha a base de um sistema criado a tanto custo e a singelos recursos, já que não mais se admite qualquer diferenciação de posições por razões de gênero em uma sociedade democrática. A união dos envolvidos no processo por meio das redes e associações é ponto nodal de sua sustentação.

Deve-se também pensar que o fortalecimento da RESEX exige uma redução dos conflitos locais existentes. Isto poderia se dar por meio de compensações ao empresariado, como a comercialização dos produtos extraídos da reserva somente ao mercado local que estruturaria, com a ajuda do poder público, relações comerciais justas com os extrativistas, ampliando-se o comércio cidadão, melhorando as condições de vida dos pescadores e marisqueiros, conservando o meio ambiente e desenvolvendo a região.

Enfim, a RESEX significa avanços na esfera do social e ambiental que não se podem negar. Resta, apenas, pensá-la também como cenário de maior desenvolvimento econômico justo e real participação democrática.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, P. C. B.; MOREAU, A. M. S. S.; FONTES, E. O. (s.d): Histórico de criação da reserva extrativista de Canaveira (BA): posicionamentos antagônicos e gestão do território. s.d. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/4e.pdf>>. Consultado em: 30 set. 2018.

AGUIAR, P. C. B.; MOREAU, A. M. S. S.; FONTES, E. (2011): O. Impactos na dinâmica ambiental do município de Canaveira (BA) tendo a RESEX como fator de influência. **GEOMAE**. Campo Mourão. v. 2. n. 1. p. 61-78.

BRANDÃO, C. A.(2004): Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. n. 107. Curitiba. 2004. p. 57-76.

BRASIL.(1990): DECRETO Nº 98.897, DE 30 DE JANEIRO DE 1990. **Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências**. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D98897.htm>. Consultado em: 10 out. 2018.

BRASIL. (2000): LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. **Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Consultado em: 10 out. 2018.

BRASIL. (2016): DECRETO DE 5 DE JUNHO DE 2016. **Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista de Canaveiras, localizada nos Municípios de Canaveiras, Belmonte e Una, Estado da Bahia, e dá outras providências**. Brasília. 2006. Disponível em:< https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/3334_20180418_124927.pdf>. Consultado em: 10 out. 2018.

BRASIL. (2009): PORTARIA Nº 71, DE 3 DE SETEMBRO DE 2009. **Cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Canaveiras**. Diário Oficial da União. Brasília. 2009. Disponível em:<https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/474_20101018_182859.pdf>. Consultado em: 2 nov. 2018.

BRASIL. (2017): PORTARIA Nº 3, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017. **Modifica a Composição do conselho deliberativo da reserva extrativista de Canaveiras**. Diário Oficial da União. Brasília. 2017. Disponível em:<https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/2816_20171212_091618.pdf>. Consultado em: 20 nov. 2018.

BRASIL. (2018): PORTARIA Nº 313, DE 12 DE ABRIL DE 2018. **Aprova o Acordo de Gestão da Reserva Extrativista de Canaveiras**. Diário Oficial da União. Brasília. 2018. Disponível em:<https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/3303_20180413_121918.pdf>. Consultado em: 20 nov. 2018.

BRONSTEIN, M.M.; FONTES FILHO, J.R.; PIMENTA, G.A. (2017): **Organização dos Conselhos Municipais: governança e participação da sociedade civil**. Interações. Mato Grosso do Sul: Campo Grande. v.18, nº1. pg 89-102.

CARDOZO, L. S. et al. (2012): Discussões do conselho deliberativo da reserva extrativista de Canaveiras, Bahia, Brasil: da gestão pesqueira à ambiental. **Revista da Gestão Costeira Integrada**. Porto. v. 12. n. 4. p. 463-475.

CARMO, J. C. et al. (2016): Voz da natureza e da mulher na Resex de Canavieiras-Bahia-Brasil: sustentabilidade ambiental e de gênero na perspectiva do ecofeminismo. **Estudos Feministas**. Florianópolis. v. 24. n. 1. p. 155-180.

CAVALCANTE, A. L. et al.(2013): A arte da pesca: análise socioeconômica da reserva extrativista de Canavieiras, Bahia. **Informe GEPEC**. Toledo. v. 17. n. 2. p. 81-99.

CURADO, J. B.(2014): Resex Canavieiras: a articulação social como resposta aos conflitos vivenciados na criação da unidade. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29. Natal. **Apresentação de trabalho**.

DUMITH, R. C. (2014): A gestão na reserva extrativista de Canavieiras (BA): conexões transescalares e seus conflitos In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7. Vitória. **Anais**.

FLEURY, S. (2003): Políticas sociais e democratização do poder local. In: VERGARA, S. C.; COR-RÊA, V. L. A. (Org.). **Propostas para uma gestão pública municipal efetiva**. Rio de Janeiro: FGV,v. 2, p. 91-115.

GONÇALVES, B.D.; SHAADALLAH, M.M.; QUEIROZ, I.S. (2013): Articulando redes, fortalecendo comunidades: intervenção psicossocial e articulação entre universidades, comunidades e políticas públicas. **Pesquisas e políticas psicossociais**. 10(1). São João Del-Rei.

GREENME. (2015): **Moex: A moeda social de Canavieiras**. Disponível em:< <https://www.greenme.com.br/viver/costume-e-sociedade/1884-moeda-social-de-canavieiras>>. Consultado em: 20 nov. 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. (2018): **Resex de Canavieiras**. Brasília. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2287-resex-de-canavieiras>>. Consultado em: 10 out. 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. (2018):. **Gef- Mar fomenta a participação social da Resex Canavieiras**. Disponível em:<<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9767-gef-mar-fomenta-participacao-social-da-resex-canavieiras>>. Consultado em: 20 de nov. 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. (2018):. **Nota: Resex Canavieiras e seu acordo de gestão**. Disponível em:<<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9642-nota-resex-canavieiras-e-seu-acordo-de-gestao>>. Consultado em: 20 nov. de 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. (2018):. **Resumo das Unidades de Conservação**. [s.d.]. Disponível em:<http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painel_corporativo_6476.qvw&host=Local&anonymous=true>. Acesso em: 24 nov. 2018.

JESÚS JÚNIOR, G. de. (2014): **Mulheres em Rede: uma experiência de empoderamento feminino e sustentabilidade ambiental no Sul da Bahia**. Tese (Doutorado). Programa de pós graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente de Associação Plena em Rede, Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus. Bahia. p.77-92.

LÜCHMANN, L.H.H. (2014): Abordagem teórica sobre associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 29. n. 85. p. 159-226.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Projeto GEF- Mar**. (2018): Disponível em:<<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/programas-e-projetos/projeto-gef-mar>>. Consultado em: 20 nov. 2018.

PACHECO, V.F. (2014): **Reserva extrativista marinha de canavieiras- Ba: conflitos e uso do solo**. Monografia (Graduação). Departamento de Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador. Bahia. 63 p.

PEREIRA, G. P.; OLIVEIRA, M. L. R.; COSTA, B. A. L. (2017): Mobilização e atuação das populações tradicionais na criação da reserva extrativista marinha de Canavieiras -BA (Brasil). **Espacios**. Caracas. v. 38. n. 31.

ROCHA, Lurdes Bertol. (2008): **A região cacauieira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação**. Ilhéus: Editus. 258 p.

SILVEIRA, C. M. (2002): Desenvolvimento local: concepções, estratégias e elementos para avaliação de processos. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade. p. 239-244.